

Revista Navigator

Normas para publicação

A Revista Navigator aceita trabalhos inéditos relacionados à História Marítima e áreas afins, sob a forma de artigos, ensaios e resenhas. A publicação dos trabalhos é decidida segundo pareceres dos membros do Conselho Editorial, Conselho Consultivo e de dois pareceristas ad hoc, que avaliam a qualidade do trabalho e sua adequação às finalidades editoriais da revista.

As colaborações para a Revista Navigator devem seguir as seguintes especificações:

...

8. Uma vez publicados os trabalhos, à Navigator se reserva todos os direitos autorais, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução, com a devida citação da fonte.

...

Fonte: <http://www.revistanavigator.com.br/normas.html>. Acesso em: 17 nov. 2016.

Fortificações na Amazônia*

Graciete Guerra da Costa

Pós-doutoranda do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília-UnB. Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília-UnB, 2011. Mestre em Arquitetura e Urbanismo-UnB, 2006.

RESUMO

Esta comunicação faz parte de um projeto sobre as Fortificações na Amazônia de 1616 a 1750. Examina o contexto histórico, a geopolítica, a sociologia da conquista. O trabalho estuda as fortificações na Amazônia brasileira e as características particulares da arquitetura militar produzida na região em meados dos séculos XVII e XVIII. A política da Coroa Portuguesa, de fortificar, demarcar, ocupar e povoar a região que lhe cabia, faz parte da decisão pombalina de substituir as missões religiosas por freguesias, confiada a militares, a representantes do rei, e a alguns membros do clero secular. A divisão territorial incrustada por propriedades da Igreja passou a contar com a sociedade civil. A fundação de fortalezas e cidades pelo vale do Rio Amazonas substituiu missões religiosas. A nomeação dessas vilas com topônimos portugueses como Almeirim, Santarém, Óbidos, e outras, além da construção do plano urbanístico, segundo moldes das cidades portuguesas, deram uma feição lusitana no povoamento do Vale. O presente estudo pontua que essas mudanças refletem uma nova divisão territorial naquele período de transformações da toponímia.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Fortificações; Fronteira; Geopolítica; Território

ABSTRACT

This communication is part of a project about Fortifications in Amazon from 1616 to 1750. It analyzes the political context, the geopolitics, and the sociology of the Conquest. This work studies the Fortifications in the Brazilian Amazon and the particular characteristics of military architecture typical of the region in the middle of the 17th and 18th centuries. The Portuguese Crown politics of fortifying, demarcating, occupying and populating their territories is part of a *pombalina* decision to substitute religious missions for *freguesias*, in the domain of the military, to representatives of the king and some members of the secular clergy. Territorial divisions laid by properties of the Church were legitimized by the civil society. The founding of forts and cities in the Amazonas river valley replaced religious missions. Nominations of those villages with portuguese names like *Almeirim*, *Santarém*, *Óbidos* and others, and the making of an urbanistic plan according to portuguese cities gave a portuguese look to the valley's population. This paper argues that those changes reflect a new territorial division in that period of transformations in the toponymy.

KEYWORDS: Amazon; Fortifications; Frontier; Geopolitics; Territory

INTRODUÇÃO

As fortificações erguidas na Amazônia nos séculos XVII e XVIII representaram a estratégia de portugueses e espanhóis, à sua maneira, de implantar eficientes políticas de defesa¹. Com os militares chegaram religiosos e comerciantes. As distâncias e a dificuldade de penetração na selva impuseram sacrifícios que mesmo os conquistadores mostravam-se despreparados para enfrentá-los. O rio e a floresta para o primitivo habitante da região,

* Artigo recebido em 12 de março de 2014 e aprovado para publicação em 22 de outubro de 2014.

como também para o conquistador que queria dominá-la, foram as entidades modelares da cultura amazônica, imprimindo-lhe identidade própria ao longo do seu processo sócio-histórico.

Membros de ordens religiosas, dentre as mais tradicionais da Igreja Católica, catequizaram índios ensinando a língua portuguesa. Traçaram estratégias de importância extraordinária para a efetiva colonização amazônica.

Do século XVII ao século XX passaram pelas missões amazônicas os capuchinhos, os mercedários, os franciscanos, os carmelitas e os jesuítas daí expulsos pelo Marquês de Pombal. O olhar transatlântico voltado para o Vaticano norteava a conquista por meio da cruz, logo apoiado pela espada.²

A situação política instável no século XVIII e a disputa dos domínios coloniais entre casas reais europeias obrigavam os ibéricos a ocuparem e defenderem suas possessões na Amazônia. Quando a corte em Paris por pressão de Londres desistiu das suas ditas terras, lucrou Portugal, tradicional aliado da Inglaterra. O Tratado de Utrecht celebrado entre 1713-1715 para pôr fim à guerra da sucessão espanhola, que já se arrastava desde 1701-1714, reflete a situação consolidada em 1750 com o Tratado

de Madri, por meio do princípio jurídico *Uti Possidetis*, garantindo em favor dos lusitanos os espaços desbravados na Amazônia por Pedro Teixeira em 1639. Após abrir mão do Amapá, conhecido na época como parte das terras do Cabo Norte, restou a Paris a chamada Guiana Francesa. Portugueses e espanhóis permaneceram donos do maior quinhão. A fundação de fortalezas e povoados pelo Vale do Rio Amazonas substituiu missões religiosas. As vilas amazônicas de Belém, Almeirim, Monte Alegre, Alenquer, Santarém, Óbidos, e outras, foram reconstruídas segundo moldes das cidades portuguesas e deram uma feição lusitana no povoamento do Vale. O presente estudo pontua que essas mudanças refletiram uma nova divisão territorial naquele período de transformações da toponímia.³

FORTE DO PRESÉPIO/ FORTE DO CASTELO (1616)

A fundação de Belém⁴ culminou com a grande cruzada das monarquias ibéricas contra a presença estrangeira no litoral norte de Pernambuco. A viagem ao Pará não pode ser entendida em separado do estabelecimento dos franceses no Maranhão, que começou a partir de uma feitoria fundada por Charles de Vaux e Jacques Riffaut, em 1594, na Ilha de São Luís⁵.

Partindo de São Luís do Maranhão em 25 de dezembro de 1615, o Capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, numa expedição de 200 homens, transportada em três embarcações dirigidas à Foz do Rio Amazonas com o objetivo de fortificá-la. Levou consigo o francês Charles de Vaux como piloto e intérprete, que

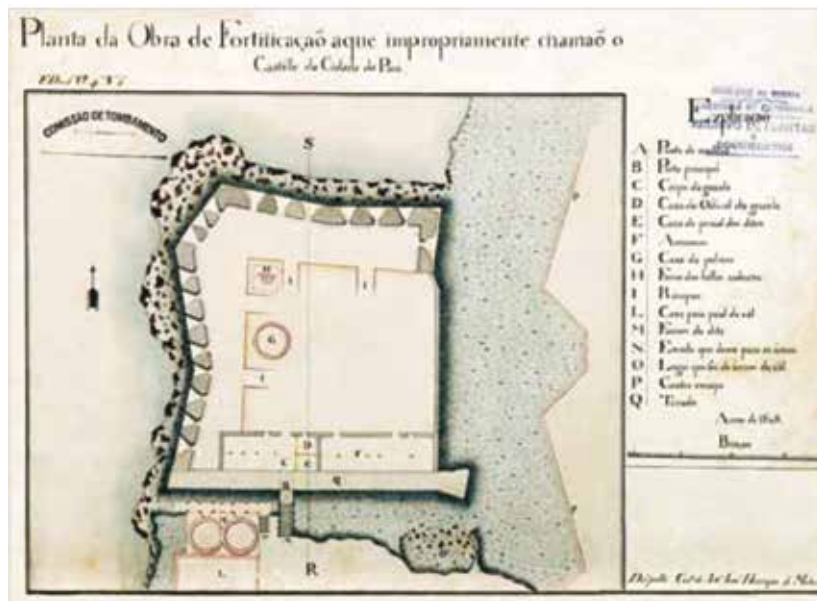


Figura 1: Planta da Obra de Fortificação, século XVIII.
Fonte: AHEx – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.



Figura 2: Planta do Pará, s/d.

Fonte: AHEx – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

tinha conhecimentos prévios da região, e o piloto-mor de Pernambuco, Vicente Cochoado. Os exploradores portugueses acreditaram que a estrela de Belém guiara Castelo Branco até chegar a bom porto, *Transeamus usque Bethlem*, segundo o Evangelho de São Lucas⁶. Com 18 dias de viagem, em 12 de janeiro de 1616 desembarcaram nas tabas tupinambás, onde estabeleceram uma fortificação que denominaram de Forte do Presépio e batizaram a região de “Feliz Luzitânia”⁷. Ela serviria de trampolim para penetração e ocupação do vasto território desconhecido que lhe ficava a Oeste. Ajudados pelos tupinambás, levantaram uma dupla linha de paliçada, repleta de areia, formando um parapeito do lado do mar, onde montaram dez peças de artilharia das que trouxe da frota. Essa descrição acha-se em Fr. Agostinho de Santa Maria Jaboatão, Aires do Casal, Constantino Abreu Lima, James Anderson, David Warden, Manoel Barata, e vários outros. A localidade alta, de quatro a cinco braças acima do nível comum das terras, adaptava-se bem aos dispositivos de defesa militar. Tinha duas faces para os dois rios, sendo por esse lado escarpada, ligada ao continente por uma estreita faixa de terra, fácil seria isolá-la e defendê-la. O forte erguido era de paliçada, em quadrilátero, feito de taipa de pilão na parte do rio e guarnecido por cesterões na parte de terra. Peças de artilharia

apontavam para os inimigos eventuais⁸.

Portugal e Espanha plantaram-se à foz do Rio Amazonas e se preparavam para o combate contra os ingleses e holandeses, então donos do vantajoso comércio na calha do Rio Amazonas.

Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará, a misericórdia da Santa e a grandeza do Rio Pará, *Parauassú*, na linguagem dos Tupinambás, significa

“rio grande” abreviado para Rio Pará, é o desaguadouro dos rios Moju, Acará e Guamá, formando a Baía de Guajará no ponto em que se ergueu a cidade de Belém⁹.

Historicamente, o Forte do Presépio foi o ponto de irradiação de forças civis, militares e eclesiásticas que se lançaram na construção da Belém seiscentista.

Ao longo da primeira metade do século XVII, o local ganhou as suas primeiras ruas, saídas, todas, da área dominada pelo Forte e pela Igreja Nossa Senhora da Graça, a primeira erguida no povoado. Também nesse período observaram-se as primeiras edificações civis e eclesiásticas, feitas com materiais simples, predominantemente de taipa e taipa de pilão. Acanhada entre o rio e o igarapé, cercada por grandes massas hídricas e florestais, Belém chegou à primeira metade do século XVII como um núcleo colonial sem maior expressão.

FORTALEZA DO TAPAJÓS – SANTARÉM – PARÁ (1661)

Santarém situa-se à margem direita do Rio Tapajós na confluência dos rios Amazonas e Tapajós. Está localizado à meia distância das principais capitais da Amazônia (Belém e Manaus).

A primeira referência escrita de que se tem notícia com relação ao contato de



Figura 3: Prospecto da Fortaleza do Tapajós (1756). Autor: Eng. João André Schwebel.
 Fonte: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na era pomбалina. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963.

brancos civilizados com os índios Tupaius ou Tapajós foi em 1542, onde se relata que Francisco Orellana saqueou as plantações de roça e milho desses índios¹⁰.

Em 1626, o capitão português Pedro Teixeira partiu de Belém chegando à taba dos Tupaius com o objetivo de comprar silvícolas prisioneiros de guerra de outras tribos, para depois escravizá-los. No entanto, os Tupaius não aceitavam esse tipo de negócio, cabendo ao Capitão adquirir esteiras e outras curiosidades, além de manter um ótimo relacionamento¹¹.

Em 1639, Bento Maciel o sargento-mor da Capitania do Cabo Norte investiu de surpresa sobre a aldeia dos índios Tapajós, dizimando grande número de índios. Em 1659 chegou à região o Padre Antônio Vieira, o primeiro jesuíta que veio expressamente ao Tapajós. Assim, diversas ordens religiosas vieram para a Amazônia, e coube à Companhia de Jesus as terras que ficassem ao sul do Rio Amazonas, ou seja, aquelas da margem direita. Em 22 de junho de 1661, o Padre João Felipe Bettendorf instalou uma missão na aldeia dos índios Tapajós.

Com o progresso das missões, Francisco da Mota Falcão iniciou a construção de uma fortaleza, que com a sua morte foi terminada por seu filho, Manoel da Mota Siqueira, em 1697. Essa Fortaleza do Tapajós tinha a forma quadrada, com baluartes nos ângulos, numa colina próxima ao Rio Tapajós, para melhor proteção dos ataques de estrangeiros, formando um pequeno povoado¹².

Depois de 1757 com a extinção das Missões Religiosas o pequeno povoado encon-

trava-se em total abandono. A antiga Aldeia dos Tapajós foi elevada à categoria de vila, em 14 de março de 1758, pelo governador da província do Grão Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, recebendo o nome de Santarém, uma homenagem dos portugueses à cidade lusitana de mesmo nome, em homenagem à Santa Irene de Portugal. Em 1762, estando em ruínas, a Fortaleza do Tapajós foi reconstruída, passando daí por diversos reparos. Hoje nada mais existe.

A partir de 1819, diversas expedições científicas visitaram a Vila de Santarém entre elas a dos cientistas europeus Carlos Frederico Von Martius e Johann Baptist Von Spix.

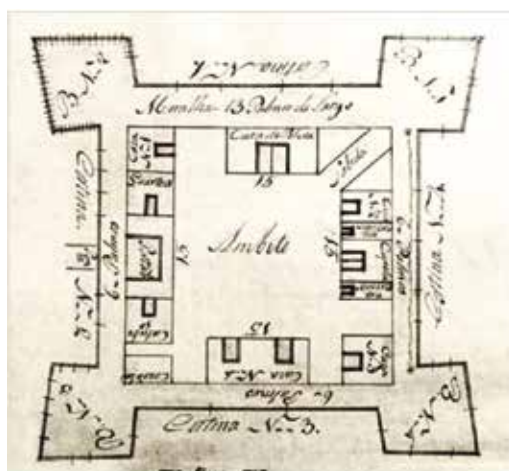


Figura 4: Planta do Forte de Santarém, 1803.
 Fonte: CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

Somente em 24 de outubro de 1848 a Vila de Santarém foi elevada à categoria de Cidade pela Lei nº 145.

FORTE DE NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO DO PARU/FORTE DA VILA DE ALMEIRIM – PARÁ (1685-1690)

Almeirim está situado na zona fisiográfica do Baixo Amazonas¹³ no Estado do Pará, antiga Aldeia do Paru. “Paru”, nome de peixe também chamado de peixe-enxada e peixe-frade, foi originada com os índios descidos do centro, e prosperou quando se uniu à taba dos índios do Rio Uacapari. Localiza-se a uma latitude 01°31'24" sul e a uma longitude 52°34'54" oeste, estando a uma altitude de 65 metros.

Mais tarde, os fundamentos do povoado foram lançados pelos frades capuchos de Santo Antônio no mesmo local onde existia a aldeia¹⁴.

O Forte do Paru foi um dos quatro fortes cuja construção havia sido proposta por Francisco da Mota Falcão em 1669, que começou as obras, mas faleceu antes de concluí-las. Seu filho Manoel da Mota Siqueira, objetivando defender o território, terminou a construção do forte de pedra e barro, denominado Forte do Paru. Essa construção foi um dos principais fatores do desenvolvimento do povoado Aldeia do Paru.

Em 1758, por ato do governador e capitão-general, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, foi elevado à categoria de vila com denominação de Vila de Almeirim, em 22 de fevereiro de 1758, sendo desmembrado de Gurupá. Na época da Independência veio a ser extinta, em virtude da preocupação do governo da Capitania de alargar os domínios coloniais portugueses, para o Alto Amazonas.

FORTE DE SANTO ANTÔNIO DOS PAUXIS DE ÓBIDOS – PARÁ (1697)

O Forte de Santo Antônio dos Pauxis fica localizado na região de Óbidos, interior do Estado do Pará, na antiga Aldeia dos Pauxis, na margem esquerda do Rio Amazonas, e se apresenta com 1854m de largura e 80m de profundidade. O Forte foi construído em

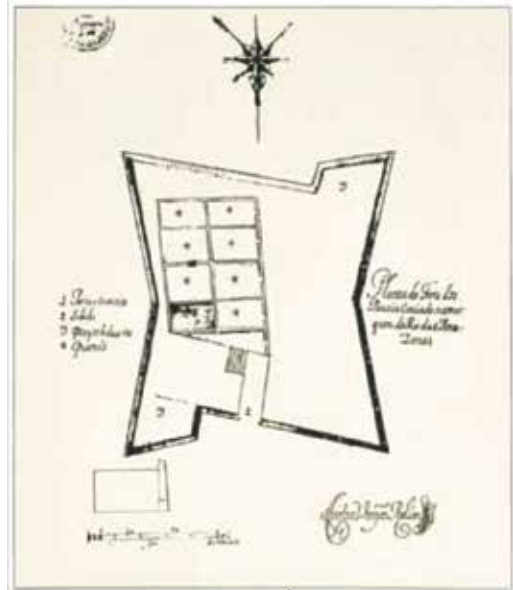


Figura 5: Planta do Forte dos Pauxis, em Óbidos – Pará, de Carlos Varjão Rolim.

Fonte: CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006*. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

função dessa posição geográfica, distante 1.100 quilômetros de Belém por via fluvial, em um trecho onde as margens do rio tornam-se mais estreitas e o seu canal mais profundo, formando, como se diz na região, a “garganta do Rio Amazonas”, ou a “fivela do rio”, como preferem outros. Nesse ponto a largura do rio é de cerca de 1.890 metros em seu leito normal.

Francisco da Mota Falcão propôs construir quatro fortes na Amazônia, em troca do comando de um deles. Este foi um dos quatro fortes construídos por Mota Falcão, que com a sua morte foram concluídas por seu filho Manoel da Mota Sequeira em 1697.¹⁵

Em 25 de março de 1758 a aldeia dos Pauxis foi elevada à categoria de Vila com a denominação de Óbidos, e o Forte passou a se chamar Forte de Óbidos. Além de defesa estratégica, essa estrutura funcionou como um Registro, atendendo à fiscalização para cobrança dos impostos da Coroa Real, das embarcações que percorriam o grande rio, de ou para as Capitania de Mato Grosso ou Capitania de São José do Rio Negro.

Em 1854 era um reduto semicircular, barbeta, com 10 peças. Em 1869 acresceu-se uma plataforma de cantaria. Em 1910 foram levantadas novas fortificações e novo quartel de paz armado com 4 peças de artilharia de 6" (Armstrong), montadas em pequenos bastiões, no topo de uma colina isolada na Serra da Escama. Depois de 1930 o forte foi desarmado. Restaurado em 2001 está ocupado por uma OM da Polícia Militar do Pará.

FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DA BARRA DO RIO NEGRO – MANAUS – AM (1669)

Em 1668, o General Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, primeiro governador do Maranhão e Grão-Pará, determinou que o Capitão Francisco da Mota Falcão erguesse um posto avançado e fortificado, capaz de controlar a circulação de embarcações holandesas ou espanholas junto aos rios Negro, Solimões e Amazonas.

A região onde os portugueses o implantaram correspondeu ao local da antiga Aldeia dos Manaós, e também um dos antigos acampamentos de tropas de resgate, e foi escolhido em função de suas características estratégicas militares: um grande platô de desenho triangular, vastamente irrigado, localizado à margem esquerda do Rio Negro, próximo à confluência com o Rio Solimões¹⁶.

Em sentido estritamente didático, é possível afirmar que o cateto menor desse triângulo irregular corresponde à linha ribeirinha que se desenvolve da foz do Rio Tarumã-Açu (a oeste) até a curva do Rio Negro (na porção sul); que o cateto mediano desenvolve-se da curva citada à foz do braço do Rio Puraquequara (a leste), já acompanhando o Rio Amazonas, após o chamado "encontro das águas" dos rios Negro e Solimões; e que o cateto maior corresponde à linha interiorana que une as duas fozes. Desta vasta gleba de terra – hoje praticamente toda ocupada pela cidade de Manaus – uma fração menor foi escolhida para a construção de uma fortificação: um sítio localizado junto ao cateto menor, todo banhado pelo Rio Negro, desta vez delimitado pelos igarapés¹⁷ de São Raimundo e dos Estudantes. Segundo o geógrafo Aziz Nacib Ab'Sáber¹⁸, o sítio onde foi implantado o forte "*possui uma situação absolutamente privilegiada em face das extensões amazônicas e do gigantesco quadro de drenagem da bacia hidrográfica regional*".

A Fortaleza de São José da Barra, ou Forte da Barra de São José do Rio Negro, ou Forte de São José, ou Casa Forte, foi erguida – provavelmente em 1669 – em lugar adequado, resguardando o Rio Negro das incursões consideradas inimigas. Era uma porção ribeirinha de um sistema de colinas tabuliformes, à altura de 44,99 metros sobre o nível do mar, aos 003° 8' 7" de latitude Sul e 060° 61' 34" de longitude Oeste de Greenwich.

A autoria do projeto (ou do desenho) do Forte da Barra é atribuída ao próprio Capitão Francisco da Mota Falcão, ajudado pelo filho Manuel da Mota Siqueira que, segundo o Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, era "grande sabedor de assuntos militares"¹⁹. Uma fortaleza de forma quadrangular

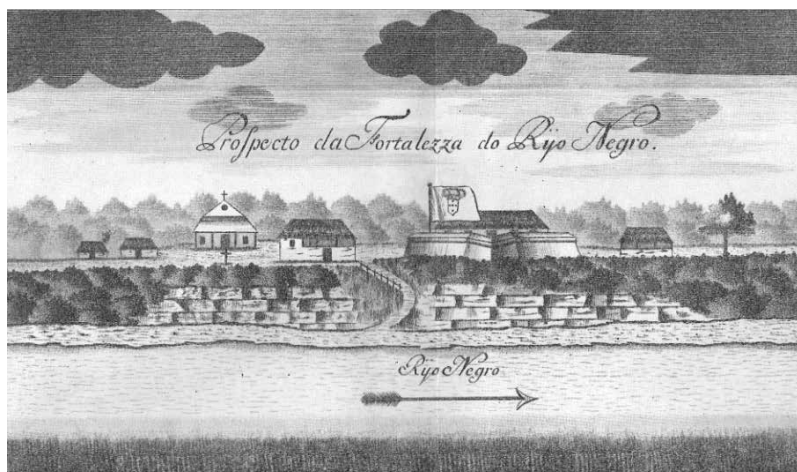


Figura 6: Prospecto da Fortaleza do Rio Negro (1756). Autor: Eng. João André Schwebel.

Fonte: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na era pombalina. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963.

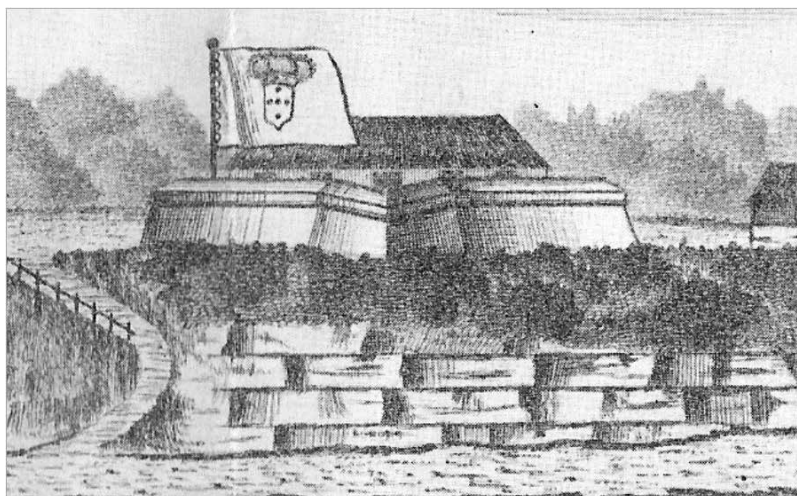


Figura 7: Detalhe do Prospecto da Fortaleza do Rio Negro (1756). Autor: Eng. João André Schwebel. Fonte: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na era pombalina. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963.



Figura 8: Planta (croquis) da Cidade de Manaus (1852). Autor: J.B. de F. Tenr. Aranha. Fonte: Disponível em: <www.am.trf1.gov.br/biblioteca/MANAUS> Acesso em: 5/1/2006.

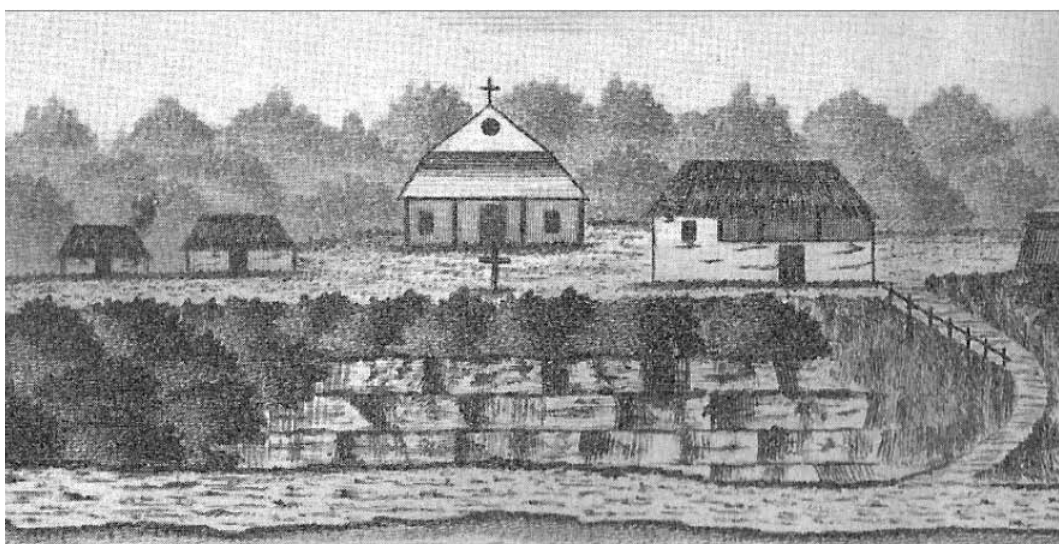


Figura 9: Detalhe do Prospecto da Fortaleza do Rio Negro (1756). Autor: Eng. João André Schwebel. Mostra a Capela de Nossa Senhora da Conceição e a construção de dois pavimentos "nortenha". Fonte: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na era pombalina. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963.



Figura 10: Planta do Forte de São José da Barra, ejecutada pelo Capitán Ingeniero João André Eschwel, no ano de 1756.

Fonte: LOUREIRO, e Luciana Gil, Manaus, 2013.

foi erguida em taipa de pilão, sem fosso. Em torno dessa construção se agrupavam índios Manáos, Barés, Banibás, Passés, Aroaquis, Juris e de outras tribos; não tardou e começou a se desenvolver o povoado que deu origem à atual cidade de Manaus.

A expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira nos relata que em 1774 a guarnição ordinária do forte era composta de cem pra-

ças e de uma companhia de infantaria auxiliar com o mesmo efetivo.

CONCLUSÃO

A bibliografia consultada concentrou-se nos fortes da Região do Baixo Amazonas: Belém – Pará (1616), Almeirim – Pará (1685-1690), Santarém – Pará (1661), Óbidos – Pará (1697), e Manaus – Amazonas (1669) indicam que a definição de uma estratégia portuguesa de ocupação territorial, econômica e política da Amazônia brasileira ocorreu a partir de 1615.

A entrada na região deu-se de leste para oeste, pela calha do Rio Amazonas, e de sul em direção ao norte e ao noroeste, partindo de São Paulo, já em fins do século XVII.

Depois da viagem de Pedro Teixeira em 1637 o espaço amazônico foi sendo desvendado e integrado econômica e politicamente a Portugal numa estratégia que foi: fortificar as terras já ocupadas por seus primitivos habitantes; explorar matérias-primas e *drogas do sertão* economicamente rentáveis a Portugal; controlar o índio para apossar-se de suas terras, sua força de trabalho, e da procriação da mulher índia. A espinha dorsal da ocupação portuguesa na Amazônia foi o indígena: seu braço, seu cérebro e o ventre da mulher índia. O imperativo de demarcar os limites setentrionais da colônia levaram Portugal a construir fortalezas militares em locais estratégicos, já anteriormente ocupados pelas missões, na calha do Rio Amazonas, que deu origem às cidades amazônicas de nome luso, entre 1612 e 1802.



Figura 11: Planta da Cidade da Barra do Rio Negro, levantada por Raphael Lopes Anjo, 1844.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército-AHEX, RJ.

Figura 12: Mapa de localização do fortes – Pará, século XVIII.
 Fonte: CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006*. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Amazônia do discurso à práxis*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- ACUÑA, Cristóvão d'. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas. 1641*. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XXVIII, Vol. XXX, Parte I, 2ª Trim/1865.
- ADONIAS, Isa. *A cartografia da região amazônica – Catálogo descritivo (1500-1961)*. Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Rio de Janeiro, 1963. 1ª Volume, p. 499.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia no Século XVIII Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará*. Lisboa: 1901.
- BARRETO, Aníbal (Cel.). *Fortificações no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- CARVAJAL, Frei Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo Capitão Francisco de Orellana*. São Paulo: Scritta, 1992.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006*. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.
- COSTA, Graciete Guerra da. *Manaus: Um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2013.
- FONSECA, Wilde Dias da. *Santarém: Momentos Históricos*, 1996.
- GARCIA, Etelvina. *Amazonas, notícias da História: período colonial*. 2ª ed. rev. Manaus: Norma Ed., 2006.
- MACHADO, José de Paula. *Tapajós: o baixo Amazonas*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
- MARTIUS, Carl Friedrich e Spix, Johan Baptist Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1975, Tomo 3.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de mendonça Furtado: 1751-1759*. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- MIRANDA, Elis. *Cameté: marcas da presença portuguesa na Amazônia*. In: I Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro, 2005.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. Manaus: Metro Cúbico, 1994. pp.16-19.

- OLIVEIRA, José Lopes de (Cel.). "Fortificações da Amazônia". in: ROCQUE, Carlos (org.). Grande Enciclopédia da Amazônia (6 v.). Belém do Pará, Amazônia Editora Ltda, 1968.
- PONTES FILHO, Raimundo P. *Estudos de História do Amazonas*. Manaus: Valer, 2000.
- PROCÓPIO, Argemiro. *Amazônia, ecologia e degradação social*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1992.
- PROCÓPIO, Argemiro. "Amazônia. Em nome do padre, da posse, do poder, e do domínio santo". Humanidades, Brasília: EdUnB, Vol. 1, Nº 18, 1988.
- REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil; v.161)
- REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Ministério da Educação e Cultura: Serviço de Documentação, 1956.
- REIS, Arthur César Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. (Coleção reconquista do Brasil. 2ª série; v. 145)
- RIBEIRO, Berta G. *Amazônia urgente: 5 séculos de história e ecologia*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1990.
- Roteiro Prático de Cartografia: *da América portuguesa ao Brasil Império*/Organização Antonio Gilberto Costa – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- SAMPAIO, Ribeiro de. 1825 – Diário da viagem que em visitaçãõ e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro fez o ouvidor e intendente-geral da mesma, nos anos 1774 e 1775. Lisboa: Typ. da Academia. In: MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.
- SOUSA, Augusto Fausto de. *Fortificações no Brasil*. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140.
- TOCANTINS Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão Pará*. Rio de Janeiro: 2ª Edição. Editora Civilização Brasileira, 1976.

¹ PROCÓPIO, Argemiro. *Amazônia, ecologia e degradação social*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1992.

² PROCÓPIO, Argemiro. "Amazônia. Em nome do padre, da posse, do poder, e do domínio santo". Humanidades, Brasília: EdUnB, Vol. 1, nº 18, 1988.

³ COSTA, Graciete Guerra da. "Manaus: Um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano". Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2013.

⁴ Prefeitura Municipal de Belém. *Os caminhos de Belém*. Belém: AGIR S.A. Editora, 1996.

⁵ ARAÚJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia no Século XVIII Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998.

⁶ AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará*. Lisboa: 1901.

⁷ REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Ministério da Educação e Cultura: Serviço de Documentação, 1956.

⁸ GARCIA, Etelvina. *Amazonas, notícias da História: período colonial*. 2ª ed. rev. Manaus: Norma Ed., 2006.

⁹ TOCANTINS Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão Pará*. Rio de Janeiro: 2ª Edição. Editora Civilização Brasileira, 1976.

¹⁰ FONSECA, Wilde Dias da. *Santarém: Momentos Históricos*, 1996.

¹¹ REIS, Arthur César Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

¹² FONSECA, Wilde Dias da. *Santarém: Momentos Históricos*, 1996.

¹³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Página visitada em 26/8/2013.

¹⁴ MACHADO, José de Paula. *Tapajós: o baixo Amazonas*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

¹⁵ CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

¹⁶ COSTA, Graciete Guerra da. *Manaus: Um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2013.

¹⁷ Igarapés - [do tupi iara'pé, "caminho d'água".] São canais naturais, estreitos, entre duas ilhas, ou entre uma ilha e a terra firme. Os banhos de igarapé faziam parte do hábito do Amazonense.

¹⁸ AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Amazônia do discurso à práxis*. São Paulo: EDUSP, 2004. p.201.

¹⁹ SAMPAIO, Ribeiro de. 1825 – Diário da viagem que em visitaçãõ e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro fez o ouvidor e intendente-geral da mesma, nos anos 1774 e 1775. Lisboa: Typ. da Academia. In: MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.